



DISTRITO FEDERAL

Vigilante que trabalhava no Metrô é a 12ª morte da categoria por Covid-19

Desio de Sousa Mendes, 52 anos, era contratado pela empresa Ágil e faleceu na madrugada desta quarta-feira (21/7), no Hospital Anna Nery



O Desio de Sousa Mendes, 52 anos, é o 12º vigilante a falecer de Covid-19 no Distrito Federal. De acordo com o Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância (Sindesv-DF), o profissional morreu na noite dessa terça-feira (21/7), no Hospital Anna Nery, em Taguatinga.

Morador do Riacho Fundo II, Desio era

funcionário da empresa de vigilância Ágil e trabalhava em uma estação do metrô. De acordo com a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF), o vigilante, que prestava serviços terceirizados à empresa, não tinha contato com os demais empregados nem com usuários do sistema, pois seu posto de trabalho ficava a aproximadamente 60 metros

da estação em si.

Desio era portador de comorbidades, como diabetes e hipertensão. Conforme dados do sindicato dos vigilantes, já são 12 profissionais da categoria mortos pelo novo coronavírus.

Na segunda-feira (20/7), o vigia do BRT José Josivan Martins, de 61 anos, faleceu, também vítima de Covid-19. Ele ficou 16 dias internado no Hospital Anna Nery, em Taguatinga, mas não resistiu às complicações causadas pela doença.

Confira a nota do Metrô na íntegra:

A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF) lamenta o falecimento de um colaborador, vigilante patrimonial da empresa Ágil Serviços, terceirizada que presta serviços de vigilância patrimonial para o Metrô-DF.

O empregado prestava serviço na Subestação Retificadora – SR-14 (edificação separada das estações, que fornece energia para estas), especificamente o posto de trabalho fica localizado a aproximadamente 60 metros da estação Ceilândia Norte e, portanto, o vigilante não tinha contato com demais empregados nem com os usuários do sistema.

O empregado estava afastado desde o dia 09/07, estava internado no Hospital Anna Nery para tratamento, vindo a falecer na noite de ontem.

O Metrô-DF tem feito grandes esforços para garantir a segurança dos usuários, metroviários e empregados terceirizados, inclusive com operações de desinfecção, entre outras medidas de reforço de limpeza.

A contratada fornece os equipamentos de proteção individual (EPIs) para todos os seus colaboradores, bem como presta as orientações necessárias sobre medidas de proteção à COVID-19.

FONTE: METROPOLES

BAHIA

Julgamento de Recurso Patronal Contra o Aumento dos Trabalhadores da Bahia



A presidente do Tribunal Regional do Trabalho pautou para o próximo dia 24 de julho, às 9h, a sessão telepresencial para julgamento de um recurso dos patrões contra o aumento do nosso salário chamado Embargos de Declaração ou “esclarecimentos da decisão”.

Vamos aproveitar o momento para esclarecer

uma indagação frequente dos Vigilantes: Qual a diferença entre CCT – Convenção Coletiva de Trabalho ou ACT – Acordo Coletivo de Trabalho e um Dissídio Coletivo ou Decisão Judicial?

- CCT ou ACT é negociado e assinado diretamente entre Sindicatos (trabalhadores x patronais) e passa a valer a partir da assinatura;
- Já o Dissídio Coletivo é um processo e, como processo, obedece a todos os ritos, prazos e se conclui com o chamado “trânsito em julgado”.

Neste caso, estamos acompanhando estes ritos.

É luta. É Sindicato de luta, sem pelego, sem patrão.

“QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS NÃO É DIGNO DELES” R. Barbosa.

Fonte: Sindvigilantes BA

MAP NO PACOTE DE 1400 BENEFICIADOS/ PAGAMENTO DE PROCESSO 700 VIGILANTES BENEFICIADOS POR AÇÃO DO SINDICATO E MAP CONDENADA POR DANO MORAL E DUMPING SOCIAL



700 VIGILANTES BENEFICIADOS POR AÇÃO DO SINDICATO, A MAP É CONDENADA POR DANO MORAL E DUMPING SOCIAL



VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO, SEM PATRÃO!

No meio de uma pandemia mundial, de uma ameaça real a vida de todos a justiça libera uma primeira parte de uma condenação contra a empresa MAP por DANO MORAL E DUMPING SOCIAL decorrente do desonesto habito de fazer exame periódico dos Vigilantes somente a cada dois anos, quando a legislação mandava fazer a cada ano.

Mesmo recorrendo até a Brasília a MAP perdeu e agora pagou a parte da condenação do Dano Moral e do Dumping Social e este valor será repassado integralmente pelo Sindicato a 700 vigilantes Map ou ex-Map. Enquanto isto o processo continua, cobrando as multas correspondentes pelo não cumprimento da decisão judicial quando da condenação em 2016/2017.

MAS O QUE É MESMO DANO MORAL E DUMPING SOCIAL?

Quando o empregador por ação, omissão voluntária, negligencia ou imprudência viola o direito ou causa dano ao empregado. No caso por negligenciar voluntariamente com a saúde dos Vigilantes.

Já o Dumping Social são práticas desumanas

de trabalho com objetivo de reduzir custos e, assim, aumentar o lucro do empregador. Trata-se de descumprimento recorrente aos direitos trabalhistas, capaz de gerar um dano à sociedade e constituir um ato ilícito.

QUANTO É O CRÉDITO NESTE MOMENTO E COMO RECEBER?

- São 700 Vigilantes relacionado no Processo;
- Do crédito liberado, cabe 120 reais para cada um;
- Em razão deste momento de pandemia, o Sindicato iniciará o repasse dos créditos por grupo de 50 colegas por dia, iniciando no próximo dia 30 de julho, das 08 às 11h, no Sindicato (divulgaremos diariamente e com antecedência através das redes sociais a listagem dos dias seguintes);
- Fique ligado nas convocações;
- Para o pessoal do interior orientaremos nos próximos dias acerca do cadastramento pela internet e encaminhamento de documentos para depósito em conta.
- Cópias e originais de documentos (indispensáveis): RG, CPF e CTPS – página da foto e verso, pag.do contrato Map;

Confira no site da entidade a lista dos nomes do primeiro grupo, do dia 30/7.

VIGILANTES MAP OU EX-MAP – CREDITO NO SINDICATO – PROCESSO 1133.2015.13ª – SINDVIGILANTES/BA X MAP (EXAME MÉDICO PERIODICO).

É COMBATE AO DESRESPEITO, A DESUMANIDADE.

NÃO É ATOA QUE MAP SIGNIFICA “MAQUINA DE MOER GENTE”!

É LUTA. É CONQUISTA!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

SINDICATO INTERCEDE POR VIGILANTES DE AGÊNCIA DO BANRISUL COM CASO DE COVID-19, EM GENERAL CÂMARA



Uma ação do Sindivigilantes do Sul provocou o fechamento da agência do Banrisul em General Câmara, nesta quarta-feira, onde um funcionário teve resultado positivo no teste para a Covid-19. O representante do sindicato na região Carbonífera, Eduardo Blauth, o Dudu, recebeu a denúncia e alertou o presidente Loreni Dias, que tomou providências para a proteção dos vigilantes do posto.

Os quatro, funcionários da Epavi, fizeram o teste rápido para o coronavírus, que foi providenciado pela empresa após a intervenção do presidente, e os resultados deram todos negativos, felizmente.

Segundo a denúncia, sexta-feira foi confirmado o primeiro caso de coronavírus na agência, mas ela foi mantida em funcionamento. O fiscal da Epavi foi avisado mas não tomou nenhuma providência e manteve os vigilantes do banco trabalhando normalmente.

Depois, chegou a dizer que os vigilantes pagassem passagens do próprio bolso e viessem de ônibus a Porto Alegre para fazer os testes. Mas, avisado por Dudu desse absurdo, Dias ligou para o dono da empresa, Sílvio Pires, que enviou um representante e uma enfermeira à cidade para realizar os exames dos trabalhadores.

“A empresa afastou todos os vigilantes do posto, eles foram testados e nenhum deu positivo, todos negativados, graças a Deus”, disse Dudu. A agência foi fechada para ser totalmente higienizada”, completou.

Ele ressalta que qualquer novo caso deve ser comunicado imediatamente ao sindicato, para que sejam tomadas providências urgentes. Qualquer demora no afastamento de todos e da testagem aumenta o risco de contágio dos trabalhadores.

Em Porto Alegre, terça-feira (21), mais uma agência do Banrisul foi fechada na capital, com a fiscalização conjunta do Sindivigilantes do Sul e Sindicato dos Bancários, na avenida Assis Brasil. Semana passada, outra agência já tinha sido fechada, na rua Duque de Caxias, pelo mesmo motivo, ou seja, um dos funcionários com a Covid-19.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Dieese afirma que pandemia acentuou desigualdade entre trabalhadores ocupados

Cerca de 36% dos trabalhadores ocupados em maio tiveram alguma perda no rendimento na comparação com a situação anterior à pandemia. A redução média do rendimento foi de 61%, de acordo com boletim divulgado pelo Dieese.

O supervisor do escritório do Dieese em São Paulo, Victor Pagani, observa que as perdas foram maiores entre os trabalhadores de serviços e do comércio.

Por outro lado, militares e pessoas com cargos de direção tiveram perdas menores nos rendimentos. “A pandemia acentua também as desigualdades de remuneração entre trabalhadores que permaneceram ocupados”, afirmou, no Jornal Brasil Atual.

O levantamento mostra que os impactos

da pandemia foram mais sentidos entre os trabalhadores informais. Mais da metade (56%) teve perda de rendimento. Em média, a renda dos informais teve redução de 36%, percentual que chega a 12% entre os trabalhadores com carteira assinada.

Victor acrescenta que parte dos trabalhadores continuaram em atividade, mas perderam renda e tiveram que recorrer ao auxílio emergencial. “É fundamental que o auxílio continue sendo pago até o fim do estado de calamidade pública, mantendo o valor de R\$ 600. Esses ocupados tinham rendimento médio de R\$ 1.427 antes da pandemia e, com a crise, perderam R\$ 901. Ou seja, o auxílio ainda é insuficiente para complementar essa perda”, alertou.

Fonte: RBA

Guedes quer acabar com abono e seguro defeso em troca do Renda Brasil

Programa que deve substituir Bolsa Família vai tirar do governo federal a obrigação de oferecer saúde, educação, saneamento e outras políticas públicas essenciais no combate à desigualdade, avalia Pochmann



Em troca de um auxílio levemente mais alto do que o pago aos beneficiários do programa Bolsa Família, o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, quer acabar com uma série de conquistas para criar o Renda Brasil.

Para colocar em pé o novo programa social, ele sugere acabar com programas sociais como o abono salarial do PIS/PASEP e o seguro-defeso

pago a pescadores. Além disso, quer criar o imposto negativo de até 20%, fazer cortes na tributação sobre a folha de pagamentos, como a da contribuição previdenciária e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e mudar mais uma vez as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Guedes, que parece ter descoberto só agora, durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), os quase 40 milhões de brasileiros desempregados, subempregados ou desalentados que, segundo ele, eram invisíveis, não estavam nos cadastros do governo federal para receberem algum benefício dos programas sociais, acha que o Renda Brasil vai resolver todos os problemas. E para isso, sugere trocar seis por meia dúzia.

Na verdade, o ministro percebeu o potencial político da transferência de renda, já que as últimas pesquisas mostram que Jair Bolsonaro (ex-PSL) parou de cair na avaliação da população pobre, após o recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600,00, criado pelo Congresso Nacional. Para reeleger Bolsonaro, ele decidiu substituir vários benefícios, inclusive o Bolsa Família, descaracterizando a imagem do programa criado na gestão do ex-presidente Lula (PT), e criando outro com a cara do novo governo, este que só sabe tirar direitos.

Os detalhes do “Renda Brasil” ainda não foram anunciados pelo governo federal, mas o que se sabe até o momento é que essas medidas tirarão do Estado a obrigação de outros investimentos sociais como a educação, a saúde, o saneamento básico, este último teve

a privatização aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, avalia o economista e presidente da Fundação Perseu Abramo, Marcio Pochmann.

Para ele, a discussão sobre o Renda Brasil diz mais sobre a escola neoliberal de Paulo Guedes, que se de um lado propõe benefícios financeiros maiores, retira a possibilidade de inclusão social dos mais pobres que terão de pagar pelos serviços privatizados.

“A proposta de Guedes é compatível com o ajuste fiscal brutal, o corte significativo na saúde, na educação, na redução do papel do Estado, e ao mesmo tempo dá uma complementação de renda para que os mais pobres também possam pagar por esses serviços, além de garantir votos para as próximas eleições”, diz Pochmann.

Diferenças entre Bolsa Família e Renda Brasil

O economista ressalta que a maior diferença entre o Bolsa Família e o Renda Brasil é que o Bolsa Família assegura que as crianças continuem na escola, evitando a ampliação do trabalho infantil, e ao mesmo tempo educando e preparando essas crianças para o futuro. Já o Renda Brasil não prevê nenhuma contrapartida neste sentido, porque este governo não se interessa pela educação, além de ter a premissa de que não adianta educar se não tem emprego para as pessoas, sejam elas escolarizadas ou não.

Pochmann conta que dentro do arcabouço da Constituição de 1988 para que houvesse a construção de um ensino universal até

o fundamental, as construções do Sistema Único de Saúde (SUS), da assistência social, do seguro-desemprego e da Previdência urbana e rural, houve a ampliação do financiamento do Estado, com aumento da carga tributária que passou de 24% do Produto Interno Bruto (PIB) para 35%.

“De forma positiva houve mais gasto, mas mais arrecadação, gerando emprego e renda”.

Hoje, de acordo com o economista, temos praticamente 4/5 da força de trabalho do país sobrevivendo com recursos transferidos, seja do Bolsa Família, do auxílio emergencial ou outra garantia de renda para quem teve redução de jornada e salários ou contrato suspenso de trabalho.

“Como o governo perdeu apoio da classe média ligada ao lavajatismo [operação Lava Jato], com a saída do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, agora Bolsonaro aposta nos que ficaram sem rendimento próprio na pandemia, já que não tem competência em gerar emprego, renda e fomentar a inclusão social. É uma transferência de recursos durante um período recessivo, nunca vista”, diz Pochmann.

Para o presidente da Fundação Perseu Abramo, a contrapartida para o recebimento de auxílios em troca de menos impostos para as empresas que hoje vão para o financiamento de serviços públicos, como a habitação financiada pelo FGTS vai ao encontro do modelo neoliberal que Guedes defende.

“O Renda Brasil é uma espécie de lei dos pobres da Inglaterra do século 17, em que o

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

capitalismo não tem condições de absorver a totalidade da força de trabalho e o governo oferece uma renda que não vai dar para participar de um mercado consumidor, necessária para a inclusão social. Com isso, de certa maneira, domestica a população empobrecida, transforma a transferência de renda num novo coronelismo, que conduz seu eleitor”, afirma Marcio Pochmann.

Cadastro de milhões nas mãos do governo

Outro aspecto que diferencia o programa Bolsa Família do Renda Brasil, proposto por Paulo Guedes, é que os cadastro do primeiro são geridos pelas prefeituras, com diferentes gestores de diversos partidos políticos.

Já a proposta do ministro da Economia vai concentrar milhões de dados com o governo federal. A própria Caixa Econômica Federal (CEF), segundo Pochmann, anunciou que já tem dados de mais de 100 milhões de brasileiros que se inscreveram para receber o auxílio emergencial.

“Este grande cadastro justificou a recriação do Ministério das Comunicações. O governo vai focar numa grande parcela da população e vai poder falar com ela diretamente. Bolsonaro raramente utilizou a imprensa para passar sua mensagem. Ele usa as redes sociais para isso e esse cadastro só vai reforçar este poder”, analisa

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF